

Novo pacto social começa sem grandes estrelas

Bancadas do PMDB, PFL e dos pequenos partidos discutem saídas para a crise do País



SOLIDARIEDADE

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, leva sua solidariedade ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, pelas agressões que sofreu de deputados peemedebistas antecor-

A partir de segunda-feira, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), "procurará todas as lideranças partidárias com assento na casa, para transmitir-lhes os anseios da Presidência da República e da opinião pública brasileira, no sentido de que se entendam com o objetivo de debelar a crise econômica e consolidar as instituições democráticas". A informação foi transmitida ontem ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE). O pacto começa com disposição ao diálogo do presidente do PFL, Marco Maciel, e dos líderes dos pequenos partidos políticos.

Segundo o deputado, os entendimentos, que viriam sendo tentados pelo presidente Sarney desde o início do seu mandato, têm grandes chances de prosperarem agora, momento em que "as forças políticas" estariam com suas responsabilidades aumentadas diante da "perspectiva tenebrosa de ameaça às instituições democráticas". Nenhum tema será excluído dos entendimentos, "inclusive a data das eleições diretas para a Presidência da República".

ECONOMIA

Os 15 integrantes do grupo de trabalho do PMDB para a economia, chefiados pelo líder Luiz Henrique (SC), estiveram com Sarney na última quinta-feira, a quem expuseram suas preocupações sobre a economia. Segundo o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), um de seus componentes, os deputados pediram ao governo que estude o lançamento de um Programa de Capitalização da empresa nacional com recursos de um bilhão de dólares, para recuperar as pequenas, médias e microempresas que, acreditando na estabilidade anunciada no Plano Cruzado, fizeram empréstimos e apli-

caram suas poupanças na expansão dos negócios e hoje enfrentam, além das taxas de juros, o fantasma da recessão, que já começou.

Os deputados defenderam ainda providências para recuperar as finanças dos Estados e Municípios; a desvinculação das Letras do Banco Central — LBC como sinalizador da inflação, tendo em vista seu fator psicológico; o repasse dos 23 bilhões liberados pelo ex-ministro Dilson Funari aos bancos oficiais, principalmente o Banco do Brasil, como capital de giro às empresas; e, ainda, mudanças nas regras do Sistema Financeiro da Habitação, a fim de motivar novos empréstimos e dinamizar a construção civil.

"O presidente prometeu estudar na próxima 3ª feira, em audiência com o ministro Bresser Pereira, o programa de capitalização das empresas e a desvinculação da LBC dos índices inflacionários", disse Nyder Barbosa, explicando que, quanto à ajuda aos estados e municípios, Sarney disse que tem de ser resolvida caso a caso, não se

aplicando uma norma geral.

ADESOES

Esse conjunto de soluções na área econômica foi mostrado ao Presidente como o ponto de partida para um grande acordo nacional, um pacto entre políticos, empresários e trabalhadores. "A idéia é muito boa, tão boa que o mandato passa a ser secundário", comentou Sarney na ocasião, sugerindo que os entendimentos se iniciem dentro do Congresso Nacional, envolvendo os pequenos partidos, as minorias, em torno das propostas para a crise.

Os 15 deputados estiveram então com Ulysses Guimarães, em sua casa, mas ele não se mostrou entusiasmado. "Temos problemas, como definir o sistema de governo, o mandato presidencial", alegou Ulysses.

Mas os peemedebistas, segundo Nyder Barbosa, estão convencidos da perspectiva de um acordo político. E os pequenos partidos políticos, com exceção do PDS, também: hoje pela manhã, representantes do PL, PDC, PTB, PDT,

PSB e dos PCs estarão reunidos na Câmara para discutir teses em torno das quais possa haver um grande acordo nacional envolvendo alternativas para a crise econômica e o impasse político que imobiliza o governo e maltrata a sociedade.

"Nós achamos o pacto oportuno e achamos que o próprio presidente Sarney deve ser o fiador", disse ainda o deputado Nyder Barbosa. Maurílio Ferreira Lima, como expressou em plenário, também parece acreditar na idéia e disse ter sentido nas lideranças dos outros partidos "profunda disposição para o entendimento".

MACIEL

Comungando do mesmo ponto de vista, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, disse estar disposto a negociar com outros partidos, inclusive com o PMDB um grande acordo nacional em torno de um programa político mínimo que pode envolver, inclusive, a duração do mandato presidencial.

"Precisamos de um programa capaz de vencer a inflação sem levar o País à recessão, tirando-o da crise que castiga a sociedade. Que dê estabilidade política e assegure o desenvolvimento econômico" — disse Maciel.

Maciel enfatizou que os partidos políticos devem esquecer suas divergências e trabalhar em torno de pontos que podem uní-los. Ele enfatizou que os políticos devem se mostrar capazes de propor soluções para os problemas.

Sem o patrocínio de Ulysses Guimarães e a participação do ministro do Trabalho, o pacto nacional vai ser tentado agora pelos políticos e a partir de entendimentos dentro do Congresso Nacional. Só numa etapa posterior os empresários e os trabalhadores serão chamados para a mesa de negociações.

Presidente se queixa ao pé do rádio

"O presidente Sarney enfrenta dificuldades. E muitas vezes injustiçado, mas ele não deixa de acreditar que nós vamos vencer todos os nossos problemas atuais". Esta foi a mensagem que o próprio José Sarney mandou para os brasileiros, que escutam o seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", que é transmitido todas as manhãs de sexta-feira, por mais de 200 emissoras comandadas pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Em sua mensagem de "esperança", o presidente José Sarney fez questão de repetir que "o Brasil é o Brasil, o País que é maior do que seus problemas. Vamos vencer", completou com otimismo. Sarney estava mais sereno do que na semana passada, quando afirmara que não tinha pedido para ser Presidente da República, e por isso não renunciaria ao mandato.

Ermírio se prepara para a campanha

São Paulo — O empresário Antônio Ermírio de Moraes, após entendimentos com a Bancada do PTB em Brasília, se manterá fora da vida política somente até a Constituinte definir o mandato presidencial. Segundo o deputado federal Gastone Righi, líder do partido, assim que essa questão for esclarecida, a campanha do empresário Antônio Ermírio será lançada e o PTB já tem até o slogan pronto: "O Brasil precisa de gerente, Antônio Ermírio para presidente".

Líder: Não à recessão

Porto Alegre — "Se o Governo não levar em conta as sugestões do PFL para amenizar a crise econômica, o nosso compromisso com a Aliança Democrática estará suspenso". A ameaça é do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, ao referir-se a uma série de sugestões que o partido deverá apresentar ao ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, na próxima semana. Entretanto, Chiarelli ressaltou que o PFL não terá o sentido de impor medidas a serem tomadas, mas sim

de fazer sugestões que espera ao menos ver estudadas.

— O PFL quer rigorosamente que se tenha uma política econômica definida, embora entenda que não há possibilidade de milagres. Queremos um endereçamento claro e um cronograma definido para diminuir a inflação. Precisamos saber qual será a diretriz no que tange aos subsídios e ao déficit público do novo ministro. Precisamos adotar uma política cambial que propicie uma retomada das exportações — argumentou o senador.

PFL dividido ameaça romper com a Aliança

O grupo rebelde do PFL, que está decidido a romper com a Aliança Democrática, conseguiu ontem a convocação da Executiva para terça-feira vindoura, às 15h, a fim de marcar a data da convocação partidária. Os rebeldes temiam que os cinco ministros do PFL conseguissem impedir a convocação. Isso porque se houver o rompimento da Aliança, como esperam, os ministros terão que deixar ou o PFL ou o Governo.

ARTICULAÇÕES

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), reuniu-se ontem, pela manhã, com a deputada Sandra Cavalcanti (RJ), uma das expoentes dos rebeldes, durante quase duas horas. Marco frisou que era preciso os políticos darem o exemplo de capacidade e ajudar o Presidente da República a consolidar o processo de transição democrática, inclusive com a adoção de um pacto com outros partidos.

A deputada Sandra Cavalcanti, de acordo com as informações, retrucou que o PFL tem dado sustentação ao Governo, não lhe faltando com a solidariedade.

Ocorre que, na prática, o PFL tem sido relegado a plano secundário e está sendo responsabilizado pelos erros da política econômica, toda ela conduzida por ministros indicados pelo PMDB.

Na sua opinião, a maioria do partido quer o rompimento da Aliança Democrática, ficando o Presidente da República com o PMDB, que, por ter ampla maioria, prescinde de outros partidos. O fim da Aliança é, também, exigido pelas bases, que estão sendo perseguidas nos Estados.

Essa disposição ficou expressa, também, na última quarta-feira quando o deputado Maurício Campos (MG), ao deixar a presidência do PFL, acusou o PMDB de "estelionato eleitoral" e frisou que, fossem hoje as eleições, o resultado seria totalmente diferente.

Ao anunciar ontem a convocação da Executiva, que discutirá a data para realização da convocação, o presidente Marco Maciel disse que compreendia a preocupação de seus companheiros e que partido é assim mesmo. Cada partido tem os seus grupos e as posi-

ções são defendidas democraticamente. "Eu — comentei — serei o intérprete do meu partido".

RUMOS

A fim de dar rumo e estabilidade ao Governo, o presidente José Sarney precisa decidir com quem irá governar: com a esquerda do PMDB ou com um bloco suprapartidário de forças centro-liberais. A opinião é do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS).

"Só vejo duas hipóteses", disse o representante sul-mato-grossense: "Ou o Governo se compõe com uma frente centro-liberal ou se compõe com as forças de esquerda. E qualquer uma delas que venha a ser a opção, o grupo escolhido teria que assumir integralmente o ônus de ser governo numa hora de dificuldade, cuja superação implica na adoção de medidas politicamente amargas".

"O que não pode", prosseguiu, "é continuar dependendo de se sustentar, em todo o conjunto de forças que compõem a Aliança Democrática, porque a cada dia este apoio é mais instável e menos confiável".

Primeiro-ministro deve ser fortalecido

O relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), admitiu que poderá abrandar sua proposta na parte em que permite ao Presidente da República, por iniciativa própria, exonerar o primeiro-ministro. Fogaça disse que deverá dar um parecer fortalecendo o primeiro-ministro com a criação de um mecanismo de segurança: a audiência ao Conselho da República para exoneração. Convencido de que seu trabalho representa um meio-termo entre as teses dos presidencialistas e as dos parlamentaristas, Fogaça acha que o resultado do jogo entre as duas correntes será muito aproximado do que está previsto em seu relatório. Ele admite acolher emendas de técnica legislativa, mas acredita que as que alteram as atribuições do Presidente e do primeiro-ministro só terão êxito "se houver uma queda de braço".

— Levei 40 dias para chegar à minha proposta e entendo que não adianta ganhar por queda de braço, porque a implantação de um novo sistema de governo deve ser fruto de consenso.

Depois de observar que os presidencialistas estão fortemente concentrados na subcomissão, Fogaça destacou que gostaria que a Frente Parlamentarista compreendesse que sua posição é realista:

— Estou tentando uma construção política para a realidade. Só consegui fazer com que as figuras mais notáveis, os possíveis candidatos à presidência e os presidencialistas aceitassem o meu trabalho porque não transformei o presidente em Chefe de Estado.

Fogaça acrescentou que os futuros presidentes serão eleitos com uma votação muito expressiva, terão enorme carga de legitimidade social, de expectativa popular, de força e autoridade política, não podendo ser transformados "em uma Rainha da Inglaterra". Disse também que reduziu drasticamente os poderes do presidente em relação à atual Constituição, "tanto que os pedetistas, que gostariam que Brizola fosse um caudilho supremo, acharam que eu desvesti o presidente de poderes".

Ontem, Fogaça foi procurado pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), da

Frente Parlamentarista, e obteve dele a garantia de que seu parecer será aprovado, mas receberá emendas reduzindo o poder do presidente. Durante este fim-de-semana, a subcomissão se reunirá duas vezes, e o relator se dedicará ao exame das emendas, muitas das quais sobre reeleição e mandato presidencial. Entre as sugestões, está a do deputado Milton Reis (PMDB-MG) de que os ministros militares e os das Relações Exteriores somente poderão ser exonerados pelo Presidente da República. O relator considerou a proposta polêmica e não deverá acolhê-la.

A criação do tribunal constitucional, a oficialização dos cartórios e a transição dos juizes clausistas da Justiça do Trabalho em conselheiros clausistas foram os três pontos do relatório do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) contestados ontem em reunião da Subcomissão do Poder Judiciário.

Ao final da reunião, Plínio de Arruda Sampaio disse que como relator deve considerar as opiniões contrárias ao seu trabalho, e articular o maior grau de entendimento possível.